



28 de agosto de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



IMPULSO À MINERAÇÃO

Extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) abre caminho para a exploração racional de uma imensa área da Amazônia rica em minerais

A extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) abre caminho para a exploração racional de uma imensa área da Amazônia rica em minerais, mas que, por imobilismo político e administrativo, foi mantida por mais de 30 anos praticamente isolada de quaisquer ações públicas e privadas, especialmente as voltadas para a mineração. A extinção da reserva – criada em 1984, no período final da ditadura militar – decorre de decreto do presidente Michel Temer publicado na quarta-feira passada no Diário Oficial da União. O objetivo da medida, segundo o governo, é atrair investimentos para uma região cuja população carece de oportunidades de trabalho e renda.

O isolamento da área de 47 mil quilômetros quadrados nos Estados do Pará e do Amapá por tanto tempo à espera de uma ação do governo gerou uma grande discrepância econômica e social em relação às áreas circunvizinhas, que, nesse período, se transformaram em razão dos investimentos recebidos por meio de diferentes projetos.

A Renca engloba terras indígenas e, enquanto existiu formalmente, teve florestas protegidas. Por essa razão, movimentos ambientalistas já se manifestaram contra sua extinção, apontando para o risco ambiental que a exploração dos minérios pode trazer para a região e para a ameaça que a atividade mineradora representa para as populações indígenas e seus territórios. Tais objeções, no entanto, soam prematuras, visto que qualquer impacto sobre o meio ambiente ou sobre as condições de vida de populações indígenas dependerá das características dos projetos que vierem a ser implementados na região.

O governo teve a prudência de inserir no decreto que extinguiu a Renca um artigo que trata explicitamente dessa questão. Diz o texto que a extinção da reserva

“não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”.

Do ponto de vista econômico, a medida era necessária. A Renca foi criada por decreto do então presidente João Figueiredo. O decreto estabelecia que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) teria exclusividade para conduzir trabalhos de pesquisa geológica na área e para negociar com empresas de mineração as atividades de extração. O governo militar pretendia controlar inteiramente, por meio da estatal, a exploração das jazidas da região, especialmente as de cobre, então valorizado no mercado internacional. A CPRM chegou a identificar a ocorrência de depósitos de outras substâncias – são frequentemente citados ouro, zinco, fosfato e terras raras. Mas, com sua transformação no Serviço Geológico Brasileiro em 1994, ela praticamente perdeu toda a sua já pequena capacidade operacional e financeira para desempenhar o papel que o governo lhe impusera. O que era e é considerada uma área de grande potencial geológico permaneceu pouco conhecida e estéril.

Pesquisadores e investidores do setor mineral costumam comparar o que ocorreu com a Renca e com a Província Mineral de Carajás, cuja implementação ocorreu à época da criação da reserva que acaba de ser extinta. Carajás responde pela exportação de mais de 350 milhões de toneladas de minério de ferro e estimulou inúmeros outros projetos no seu entorno.

A abertura da área antes inteiramente protegida que formava a Renca é parte do programa do governo de tentar elevar a participação do setor de mineração dos atuais 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para cerca de 6%.

O decreto não define como será a entrada de mineradoras privadas na área da antiga reserva, que equivale à do Estado do Espírito Santo ou de um país como a Dinamarca. A expectativa dos investidores do setor, que há tempos aguardavam a medida, é de que em breve sejam iniciados os leilões de áreas para a exploração. Se for obedecida a regra estabelecida no decreto, de respeito às leis de proteção ambiental e às terras indígenas, as resistências que já se manifestam serão naturalmente vencidas.

Fonte: Estadão

Data: 28/08/2017



A POLÊMICA DECISÃO DE TEMER DE ABRIR UMA ÁREA GIGANTE DA AMAZÔNIA À MINERAÇÃO

Em meados de 1980, uma região da floresta amazônica entre o Pará e Amapá comparada à Serra dos Carajás por seu potencial mineral despertava o interesse de investidores brasileiros e estrangeiros.

Para salvaguardar sua exploração, o então governo militar decretou em 1984 que grupos privados estavam proibidos de explorar a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área de quase 47 mil km quadrados - maior que o território da

Dinamarca. A ideia era que a administração federal pesquisasse e explorasse suas jazidas.

Nos anos seguintes, no entanto, o projeto avançou pouco, e a riqueza natural da área levou à criação de nove zonas de proteção dentro da Renca, entre elas reservas indígenas. A possibilidade de mineração foi, então, banida.

'Sinto saudade de ser criança': em uma década, gravidez de meninas de 10 a 14 anos não diminui no Brasil

Por que a China aposta na língua portuguesa

Mais de três décadas depois do decreto, nesta quarta-feira, o governo federal reabriu a área para a exploração mineral, numa iniciativa que gera expectativa de empresas e preocupação de pesquisadores e ambientalistas.

Assinado pelo presidente Michel Temer, o decreto nº 9.142 extingue a Renca e libera a região para a exploração privada de minérios como ouro, manganês, cobre, ferro e outros.

Em meio à crise econômica, o Ministério de Minas e Energia argumenta que a medida vai revitalizar a mineração brasileira, que representa 4% do PIB e produziu o equivalente a US\$ 25 bilhões (R\$ 78 bilhões) em 2016, mas que vinha sofrendo com a redução das taxas de crescimento global e com as mudanças na matriz de consumo, voltadas hoje para a China.

Críticas

O ministério garante que o decreto cumprirá legislações específicas sobre a preservação da área. Ou seja, áreas de proteção integral (onde não é permitida a habitação humana) e terras indígenas serão mantidas.

No entanto, a iniciativa foi bombardeada por especialistas brasileiros e estrangeiros, que acreditam que os prejuízos da mineração serão sentidos amplamente.

Área da reserva comparada à Dinamarca



Fonte: WWF Brasil, CIA World Factbook



"Não poderia ter uma notícia pior", resumiu à BBC Mundo, o serviço em espanhol da BBC, Antonio Donato Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (Inpe, que monitora o desmatamento da Amazônia) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Segundo o pesquisador, haverá impacto nas correntes marítimas que transportam umidade à região amazônica e que uma seca pode ser sentida até nos vizinhos do continente.

"Isso vai afetar toda a bacia amazônica e o continente sul-americano. É o mesmo que pegar uma pessoa pelo pescoço", afirma Nobre.

'Perdi 3 carros de luxo para o crack': as histórias de usuários das classes média e alta

A Amazônia brasileira chegou a ter recorde de 80% na queda do desmatamento entre 2004 e 2012, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente. Mas voltou a crescer nos últimos cinco anos - embora uma tendência comece a indicar novamente uma redução. Além disso, 2015 e 2016 foram anos recordes de queimadas na região, segundo dados do Inpe.

Áreas de proteção são essenciais para conter o desmatamento, ressalta Erika Berenguer, pesquisadora-sênior do Instituto de Mudança Ambiental da Universidade de Oxford.

"O maior impacto não será na área de mineração, mas indireto. Haverá um influxo de pessoas que levará a mais desmatamento, mais retirada de madeira e mais incêndios", explica. "É uma visão muito simplista do governo de dizer que só uma área será afetada."

"Fora que a mineração é altamente poluidora e tem poucos benefícios para a população local, vide a situação socioeconômica de Carajás", acrescenta Berenguer.

Jazidas de Carajás

A Serra dos Carajás, no sudoeste do Pará, é vizinha da Renca e abriga parte das maiores jazidas de minério de ferro, ouro e manganês do mundo. Com a corrida de minérios a partir dos anos 1960, grandes centros urbanos se instalaram no entorno, pressionando o bioma dali.

O potencial geológico da Renca é semelhante ao de Carajás, segundo a organização WWF e o geólogo Onildo Marini, diretor-executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb). Por isso é tão interessante para investidores.

"Essa região é altamente promissora para a exploração de diversos minérios", afirma Marini.

O geólogo concorda que a abertura da área provocará "certo impacto" com a construção de rodovias, chegada de energia elétrica e de moradores. Mas defende que ele ficará restrito.

"As empresas exploradoras precisam manter um plano de manejo adequado, e as áreas de proteção integral não serão afetadas", garante.

A fiscalização do local não impede o garimpo ilegal. Jos Barlow, da Universidade de Lancaster (Reino Unido), pesquisa a Amazônia há quase duas décadas e já esteve na estação ecológica do Jari, na borda sul da reserva.

"Eu conheço bem o Jari. Quando você está ali, escuta aviões de garimpeiros a cada 30 minutos. Todos estão pousando na Renca", conta o professor de ciência da conservação.

O governo federal e Marini argumentam que a atividade mais extensiva no local vai inibir os garimpeiros ilegais. Já Erika Berenguer diz o contrário: com o corte de verbas de órgãos ambientais, a abertura da região vai dificultar ainda mais a fiscalização.

O valor de R\$ 3,9 bilhões, um dos menores da história, será dividido entre Ibama e outros dez órgãos ambientais neste ano, anunciou o Ministério do Meio Ambiente.

'Mudará para sempre'

Os pesquisadores também lembraram o evento de Mariana, o pior acidente da mineração brasileira, em 2015, quando uma barragem rompeu no município de Minas Gerais, destruindo vilarejos no entorno do Rio Doce.

"O desastre aconteceu em plena Minas Gerais, totalmente urbanizada, imagine o controle que se tem em lugares ermos como a Amazônia", afirma Bereguer.

Jos Barlow também critica a iniciativa de Temer: "Isso mudará a área inteira para sempre".

Ele alertou para problemas sociais na região, semelhantes aos que ocorreram em Belo Monte e Altamira, e a previsão de mudanças climáticas.

"Qualquer perda de floresta e entrada de agricultura e estradas vai baixar a resiliência das florestas para secas severas, aumentando incêndios florestais", afirma.

Em entrevista à BBC, Ghilleen Prance, da organização Trustee Eden Project, da Inglaterra, considerou a quarta-feira do decreto "um dia triste para o meio ambiente da Amazônia".

Perguntado sobre o argumento do governo de que as áreas ricas ambientalmente serão preservadas, ele afirmou: "Não acredito nisso. Há cada vez mais impacto ocorrendo nas reservas indígenas."

E lembrou que o mercúrio usado na extração de ouro pode afetar populações locais. "Vilarejos já morrem de envenenamento de mercúrio na Amazônia", disse.

Processo de dois anos

A extinção do Renca é aventada desde 2015, quando começava-se a debater o marco regulatório para a mineração. Em novembro passado, representantes do CPRM, o serviço geológico brasileiro, testaram a popularidade da área com investidores numa conferência do setor em Londres.

E em abril deste ano, o Ministério de Minas e Energia publicou uma portaria balizando os trâmites para a extinção da reserva - o decreto confirmou a mudança.

Antes mesmo da criação da Renca, na década de 1980, houve 160 requerimentos de mineração na área, segundo levantamento da WWF. A maior parte deles foi retirada, mas os que restaram, em torno de dez, terão prioridade na análise do governo de concessões.

Esses pedidos que deverão prosseguir compreendem uma área de 15 mil quilômetros quadrados, em torno de 30% do total da Renca. Para o restante da área, devem ser abertas licitações.

Fonte: BBC Brasil

Autor(es): Flávia Milhorance

Data: 24/08/2017



GOVERNO RESPONDE A CRÍTICAS SOBRE RENCA

Na entrevista coletiva de sexta-feira, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, defendeu o decreto de Michel Temer.

As críticas da opinião pública ao fim da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) levou o governo federal a uma coletiva de imprensa para explicar a ação, na sexta-feira, 25. Na manhã dessa segunda, 28, após ser noticiado em alguns veículos de comunicação que o fim da reserva havia sido informado exclusivamente para canadenses, em março, o governo soltou também uma nota de esclarecimento sobre o assunto.

“A proposta de extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) começou a ser discutida por técnicos do Ministério no segundo semestre do ano de 2016 e seus debates foram amplamente noticiados pela grande imprensa e pelos diversos canais especializados do setor. O assunto já estava bastante amadurecido dentro do Governo, e tratado publicamente, quando foi divulgado durante a maior feira de mineração do Mundo, a PDAC, no início de março de 2017, em Toronto, no Canadá. A informação foi transmitida, simultaneamente, a investidores e especialistas em mineração de todo o planeta, não apenas aos canadenses. Uma rápida pesquisa a qualquer site de buscas pode ajudar na coleta de informações corretas sobre o assunto”, diz a nota do Governo.

Na entrevista coletiva de sexta-feira, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, defendeu o decreto de Michel Temer. “A reserva nacional do cobre é uma reserva mineral, nunca foi reserva ambiental. A área tem uma série de reservas ambientais e indígenas. Elas continuam sendo reservas ambientais e indígenas, com legislação própria. Esse decreto não tem poder para se sobrepor a uma lei. Não se fez uma liberação para atividade na área irrestrita. Não é isso que está acontecendo. Apesar de ser uma reserva, é uma reserva mineral e não ambiental”, disse o ministro.

O decreto assinado por Temer na quarta, 23, extingue uma reserva localizada nos Estados do Pará e do Amapá. A área tem alto potencial para extração de ouro e exploração de outros minerais, como ferro, manganês e tântalo. Segundo decreto presidencial, a ação tem o objetivo de atrair investimentos para o setor de mineração. O texto publicado no Diário Oficial da União define a extinção da reserva e seus

associados, mas “não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”.

Ao todo, o local abrange quatro milhões de hectares, dos quais cerca de 1 milhão e 800 mil ficam em território amapaense, em áreas dos municípios de laranjal do jari, pedra branca, mazagão e porto grande

A reserva foi criada no ano de 1984, durante a ditadura militar no país, com o propósito de interromper o avanço do capital estrangeiro na área, na época vindo da empresa British Petroleum, que tinha interesse na região.

Após 33 anos da criação da reserva, a área poderá receber a atividade mineral feita por empresas de grande porte e também por cooperativas de garimpeiros, estimulando o mercado minerário do país.

A extinção foi proposta pelo Ministério de Minas e Energia em março deste ano, sob o argumento de que a medida era necessária para viabilizar o potencial mineral da região e estimular o desenvolvimento econômico dos dois Estados.

Fonte: Revista Mineração e Sustentabilidade

Autor(es): Ana Cláudia Vieira

Data: 28/08/2017



COM EXTINÇÃO DE RESERVA, 58 PEDIDOS SÃO AVALIADOS PARA EXPLORAR MINÉRIO NO AP

Requerimentos foram feitos antes da área se tornar reserva, em 1984. Governo Federal autorizou estudos para concessões na área com alto potencial de ouro e outros metais preciosos.

Com a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), a superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no Amapá informou que começa a reavaliar os 58 pedidos de exploração na área feitos antes da criação da reserva, em 1984. A instituição também já pode receber novos requerimentos.

Na quarta-feira (23), o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) a revogação da reserva que abrange uma área com mais de 4 milhões de hectares, na divisa do Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará, e que tem alto potencial para exploração de ouro e outros metais preciosos. Com a medida, o Ministério de Minas e Energia passa a estudar as concessões na área.

“Não adianta a gente ter um estado rico, mas engessado e financeiramente pobre. Essa área é coberta de políticas externas ambientais. Existem meios de explorar de forma sustentável e recuperar essas áreas degradadas após a exploração da jazida. Isso é condicionante da licença de operação”, ressaltou o superintendente do DNPM no Amapá, Romero Peixoto.

As empresas interessadas já podem fazer requerimentos para estudos, segundo Peixoto, para que o DNPM avalie e oferte áreas que serão exploradas através de leilão eletrônico. O alvará para autorizar a pesquisa de exploração mineral pode ser liberado em, no mínimo, 60 dias.

O DNPM prevê que, com a liberação de exploração mineral, os municípios serão os mais beneficiados com a instalação dos empreendimentos, a partir da arrecadação de impostos como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

“É bem provável que a contratação de mão de obra seja a mais próxima, com profissionais qualificados na região. Quando se explora e comercializa um bem mineral, as empresas pagam o CFEM, que divide 65% para o município, 23% para o Estado e 12% para a União. O valor maior vai para a prefeitura que poderá usar para benefício social”, comentou Peixoto.

Extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca)

Área fica na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará



Infográfico elaborado em: 23/08/2017

O Governo Federal acredita que a extinção da reserva é um ganho para municípios, estados e União, apesar dos riscos ambientais. A abertura para mineração contará com fiscalização de órgãos ambientais e do próprio DNPM.

“Toda mineração é um risco. Em Mariana, houve um problema geotécnico que provocou o acidente grave, que todo o país acompanhou. Os impactos ambientais ocorrem na extração e a gente fiscaliza para que a empresa tenha segurança. A ideia é procurar evitar impactos ambientais que prejudiquem a fauna e a flora. Porque a

atividade é pontual e deve ser monitorada. A mineração não é garimpo”, certificou Peixoto.

Atualmente, cerca de 31% dos 4 milhões de hectares poderão ser explorados pela mineração. O restante é de áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas. Segundo o superintendente do DNMP, existe intenção de extinguir a proteção de parte dessas áreas para aumentar o potencial de exploração.

“O Amapá é um estado rico, mas que não usufrui da riqueza que tem porque as áreas protegidas proíbem a exploração. Tem que mudar essa política de preservação para fazer com que o desenvolvimento aconteça. Esse é o objetivo da extinção da Renca, beneficiar através da atividade mineral o Amapá e o Pará. O Brasil precisa crescer, explorar esses potenciais que existem aqui, de forma sustentável”, falou Peixoto.

Rica em minérios, a decisão provocou críticas de ambientalistas. A ONG WWF Brasil condenou a decisão, afirmando que isso põe em risco as 9 áreas de conservação, sendo 4 dessas no Amapá, e terras indígenas. Para a entidade, a medida também deve gerar uma série de conflitos entre a atividade minerária, a conservação da biodiversidade e os povos indígenas.

“Além da exploração demográfica, desmatamento, perda da biodiversidade e comprometimento dos recursos hídricos, haverá acirramento dos conflitos fundiários e ameaça a povos indígenas e populações tradicionais”, afirmou o diretor executivo do WWF-Brasil, Maurício Voivodic, no site da instituição.

No decreto, assinado pelo presidente Michel Temer, o Governo Federal reforçou que as explorações minerais na área respeitem as normas de preservação ambiental.

A comentarista do Bom Dia Brasil, da Rede Globo, Miriam Leitão, citou na edição do programa desta quinta-feira (24) que a abertura da área na Amazônia para exploração mineral provoca consequências irreversíveis.

“Mesmo que o governo tente controlar algumas empresas que vão operar, ele não consegue controlar grileiro, aventureiro, desmatador, garimpeiro. E aí começa a destruição. O que o governo fez foi um absurdo. Essa decisão foi tomada por decreto, sem nenhuma discussão sobre os impactos disso. A mineração precisa ser muito controlada porque ela tem impactos irreversíveis”, falou Miriam.

Renca

A reserva que foi extinta possui 4 milhões de hectares de floresta preservada entre o Sul do Amapá e o Norte do Pará. Desses, cerca de 2,3 milhões ficam em território amapaense, em áreas dos municípios de Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Porto Grande.

A área engloba 9 áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este.

A proposta de extinção da Renca estava sendo discutida desde o início do ano e faz parte do novo pacote de medidas do Governo Federal para ampliação do setor

mineral do país. Além de ouro, a reserva tem áreas para exploração de outros minerais, como ferro, manganês e tântalo.

Fonte: G1

Autor(es): Fabiana Figueiredo

Data: 24/08/2017

CORREIO BRAZILIENSE

MPF NO AMAPÁ VAI APURAR LIBERAÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO DA MINERAÇÃO

Governo afirma que território "não é paraíso" e que unidades de conservação serão preservadas

A decisão do governo de acabar com a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada nos estados do Pará e do Amapá, para que ela seja explorada pela mineração, causou reação entre políticos, celebridades e ambientalistas. Menos de 24 horas depois da abertura da região no coração da Amazônia, o Ministério Público Federal no Amapá (MPF) abriu processo para apurar a extinção, deputados e senadores tomaram iniciativas para derrubar o decreto e celebridades movimentaram as redes sociais.

A reserva extinta pelo decreto 9.142/17 tem 46.450km² — equivalente ao tamanho do Espírito Santo — e engloba nove áreas protegidas, entre elas, parques, reservas extrativistas, reservas biológicas e terras indígenas. Além de cobre, a região tem áreas para exploração de outros minerais, como ouro, ferro, manganês e tântalo. Criada em 1984 pelos militares, a ideia era que as jazidas fossem exploradas por uma estatal, mas não prosperou. Agora, segundo o decreto, empresas privadas podem fazer pesquisas minerais para trabalhar na parte do território que não estiver em área de proteção ambiental, pouco mais de 20%.

“É um ato que preocupa. A decisão pode aumentar as tentativas de redução das terras protegidas, os conflitos com os índios e a fragilidade da conservação. É um precedente muito perigoso”, comenta o secretário executivo da Câmara de Meio Ambiente do MPF, Daniel Azeredo. O procurador explica que um procedimento para apurar a extinção foi aberto no MPF do Amapá e outras medidas são estudadas para medir os efeitos da mudança. “Hoje, não temos um modelo de sucesso no Brasil que permita uma atividade de mineração tão forte aliada à proteção das florestas, ainda mais em um ecossistema tão frágil quanto o Amazônico.”

Para o coordenador de políticas públicas da WWF-Brasil, Michel Santos, o fato de a abertura ter sido feita por meio de um decreto, sem um processo de diálogo, coloca em risco o cumprimento de acordos internacionais sobre o clima e a biodiversidade firmados pelo Brasil. “Quando se abre uma área dessas, visando grandes corporações, você leva junto aventureiros ilegais como grileiros e garimpeiros.

Conhecendo o histórico do país, isso vai estimular a pressão nas áreas protegidas e na flexibilização das leis ambientais”, acredita Santos.

Região na Amazônia aberta para mineração

A floresta tropical, sua fauna e tribos indígenas enfrentam novas ameaças após a decisão do governo federal de retirar a proteção do território de quase quatro milhões de hectares



Congresso

A extinção da reserva também movimentou o Congresso. Senador pelo Amapá, Randolfe Rodrigues (Rede) protocolou um Projeto de Decreto Legislativo para suspender os efeitos da lei. No documento, Randolfe destaca que a decisão coloca em risco áreas protegidas e invade a competência do Parlamento de legislar sobre terras indígenas. “Está se tratando da maior agressão da história contra a Floresta Amazônica. Nem a ditadura ousou tanto”, comenta. Além disso, o senador entrará com ações populares na Justiça Federal.

Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) entrará com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), e o líder do PSDB na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), apresenta hoje à Casa Civil da Presidência da República uma solicitação para que sejam suspensos os efeitos do decreto. “É fundamental aprofundar o debate sobre os riscos que essa medida pode causar e não apenas considerar o efeito econômico. Ao desbloquear essa área, abre-se precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente”, alerta Tripoli.

“Não é paraíso”

Diante da repercussão negativa, que incluiu até um tuíte da mais importante modelo brasileira, Gisele Bündchen, o governo lançou nota para defender a decisão. O texto, separado por pontos, afirma que nenhuma reserva ambiental da Amazônia foi tocada pela medida e que qualquer empreendimento terá de cumprir as exigências

federais para licenciamento específico. “A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d’água com mercúrio”, destaca a mensagem.

Por meio de comunicado no site, o Ministério de Minas e Energia explica que a permissão para o desenvolvimento de pesquisa e lavra mineral se aplica apenas às áreas onde não haja restrições de outra natureza. “O objetivo da medida é atrair novos investimentos, com geração de riquezas para o país e de emprego e renda para a sociedade, além da ampliação da oferta de bens minerais, com base sempre nos preceitos da sustentabilidade. Acredita-se ainda que a medida poderá auxiliar no combate aos garimpos ilegais instalados na região.”

Já o Ministério do Meio Ambiente ressaltou, por meio da assessoria de imprensa, que a extinção da Renca não afeta as unidades de conservação federais existentes na área, “pois estas são de domínio público, onde não se permite o desenvolvimento de atividade de mineração”. “Ademais, qualquer empreendimento que possa impactar as unidades de conservação é passível de procedimento de licenciamento específico, o que garante a manutenção dos atributos socioambientais das áreas protegidas.”

Fonte: Correio Braziliense

Autor(es): Natália Lambert

Data: 28/08/2017



DESESTIMULANDO INVESTIMENTOS

No momento em que se busca implementar reformas estruturais que criem condições para o crescimento econômico, foram editadas medidas provisórias que alteram royalties e normas sobre a exploração mineral e criam a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A MP 789 mudou a base de incidência dos royalties (CFEM), de receita líquida para receita bruta, o que implica tributar também transporte, seguros e serviços portuários. No Brasil, o subsolo é de propriedade da União, sendo os royalties a forma de cobrar às mineradoras por sua utilização. Porém, na prática, instituiu-se sutilmente um novo imposto, incidente sobre a movimentação dos minerais.

Na ânsia de aumentar receitas tributaram-se também as pelotas de ferro, resultantes de processo que envolve a transformação industrial do minério de ferro, por isso, considerado produto industrializado na lista do Mercosul, o que gera insegurança jurídica.

O minério de ferro é, de acordo com o Banco Mundial, o produto brasileiro com maior vantagem comparativa no mercado global, e um dos maiores itens da pauta de exportações, com venda externa média anual de US\$ 25 bilhões nesta década.

A logística é extremamente importante para sua competitividade, pois envolve a movimentação anual de quase 400 milhões de toneladas, o que exige